

POVOS INDÍGENAS EM ESPAÇOS DE ATUAÇÃO POLÍTICA, EDUCAÇÃO E DIREITOS DIFERENCIADOS:

Uma entrevista com o cacique Luiz Katu

Tiago Cerqueira Santos ¹
Lígio José de Oliveira Maia ²

O professor José Luiz Soares ou Luiz Katu, como é mais conhecido, é uma das principais lideranças indígenas do estado do Rio Grande do Norte. Esteve envolvido, desde o primeiro momento, com o processo de visibilidade pública das demandas indígenas quanto à afirmação étnica, reconhecimento de seus territórios e exigência de uma política educacional diferenciada. Enquanto cacique da aldeia do Catu, localizada entre os municípios de Goianinha e Canguaretama, distante cerca de 60 km da capital potiguar, tem se apresentado como um interlocutor importante não apenas entre os Potiguara, mas também com outros povos indígenas junto aos aparelhos estatais e agências governamentais, como a FUNAI.

A entrevista foi realizada em dezembro de 2019, na aldeia do Catu, com a interlocução e transcrição de Tiago Cerqueira Santos, discente do Programa de Pós-graduação em Ensino de História da UFRN, com preparação, discussão e contribuições do professor Lígio José de Oliveira Maia. Trata-se do apêndice da dissertação de mestrado intitulada “Não há conflito se for feita releitura”: a experiência escolar dos Potiguara do Catu no contexto de convivência intercultural numa escola não indígena (Goianinha/RN, 2015-2019). A unidade escolar em questão

¹ Possui graduação (bacharelado) em Turismo pela Fundação Visconde de Cairu, licenciado em História pelo Centro Universitário Jorge Amado, especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e mestrando em Ensino de História pela mesma instituição.

² Professor Associado do Departamento de História e Professor Permanente do Curso de Mestrado Ensino de História e Mestrado História e Espaços da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3637992585281501>.

é a Escola Municipal Dr. Hélio Mamede de Freitas Galvão, localizada em Goianinha, na qual os alunos da aldeia seguem após a conclusão do Ensino Fundamental I. Logo, trata-se de uma instituição convencional ou não indígena que conta com um número considerável de jovens e adolescentes egressos do Catu que, diariamente, têm que enfrentar preconceitos etnorraciais, estereótipos, a invisibilidade nos livros didáticos e a negligência do poder público.

As questões, portanto, levantadas na entrevista a seguir estão dentro desse contexto de pesquisa e também sobre questões mais amplas que envolvem a luta dos povos indígenas contemporâneos no Rio Grande do Norte.

Tiago Santos: Na série de entrevistas que fiz com os alunos do Catu na Escola Municipal Dr. Hélio Mamede de Freitas Galvão - EMHG foi bem recorrente o relato de preconceito sofrido naquele espaço. Desde piadas, até falas do corpo docente de que eram “falsos índios em busca de sacolão”. O que você pensa sobre essas situações? Como combater tais atitudes nos espaços escolares que os alunos do Catu frequentam fora da comunidade?

Luiz Katu: Bom, como cacique da Aldeia Catu, cacique Potiguara, que está aí entre os dois municípios Goianinha e Canguaretama, Catu é uma aldeia só né? Muita gente tem a ideia que o rio divide a Aldeia, mas na verdade o rio nos une e a gente só tá aqui por causa do rio que provoca essa união. Uma das minhas ações não só como essa liderança, mas, também como um professor, eu sou professor das duas escolas indígenas da Aldeia e tem uma preocupação tremenda com essa saída do indígena, que ele faz aqui até o ensino fundamental até o 5º ano, do fundamental I e depois ele vai estudar nos centros urbanos de Canguaretama e de Goianinha. E em Goianinha eu já fui procurado, inclusive por alunos que sofreram esse tipo de constrangimento, e inclusive, é um crime provocado contra a pessoa dele em duvidar da sua etnicidade, em a pessoa a partir daí usar um preconceito em dizer que o outro, não é índio porque não parece com aquele Yanomâmi da Floresta Amazônica. Então isso pra gente é preocupante. Eu tenho feito atividades aqui na Aldeia, na base, tenho trabalhado na

base, o fortalecimento do eu Indígena, essa é uma ação da disciplina Ethnohistória, mas a disciplina Ethnohistória é desenvolvida na escola, ela precisa transcender, ela precisa também chegar aos alunos que não estão na escola da Aldeia. Então, fica mais difícil a gente trabalhar com o todo, mas, uma grande ideia aí é todas as atividades que a gente faz na aldeia: eventos, festivais, a gente traz um pouco dessa temática à tona. O *Eu indígena*. Porque assim, as pessoas olham pra o indígena hoje, principalmente do Nordeste, agora aí eu trago aqui para o Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte é um cemitério de índio, é assim que hoje ainda veem né. Aí professores, não vou generalizar, mas eu sei que tem muitos professores que pensam assim, que o que Câmara Cascudo falou tá falado, continuam segurando a aba do caixão de Câmara Cascudo. E gestores, tem esse mesmo pensamento, historiadores, muitos, antropólogos até que trabalham diretamente com comunidades milenares, tradicionais, negros, indígenas e tudo mais, alguns ainda pensam assim também, que Câmara Cascudo disse que estávamos mortos, a gente não pode questionar. Então isso é um desafio, é um desafio pra nós da Aldeia Catu, pra quebrar esses estereótipos, pra descolonizar esse pensamento. E a gente tem acompanhado alguns casos. Quando o aluno, que muitas vezes ele tem vergonha também de nos procurar, de relatar o que aconteceu, mas, teve um caso que me procurou, em que a professora avaliou, acho que no segundo grau, ali no ensino médio, da escola de ensino médio lá em Goianinha, avaliou a atividade de uma aluna, onde ela falava que ela era indígena e ela botou uma nota extremamente baixa, quase 1,0 [um ponto]. Porque a professora chegou a dizer a própria menina, que ela tá dizendo que é indígena, em um estado que não tinha índio. Que ela não era indígena, e a menina questionou isso e ficou nervosa e aí me procurou, me relatou isso. Quer dizer, isso foi um fato muito grave. Um fato muito grave de negação da identidade do outro, então isso pra gente é preocupante.

Tiago Santos: Por outro lado, esses mesmos alunos, apontaram as visitas que são realizadas ao Catu como uma forma de diminuir tais situações. Qual a importância desse trabalho nesse sentido. Essas visitas foram pensadas com esse objetivo? Como foi o processo de criação desse projeto?

Luiz Katu: É uma continuidade da nossa ação mesmo. O que a escola faz para combater, pra fortalecer essa identidade indígena. Eu, na verdade criei essa atividade de intercâmbio, em 2013, em 2013 eu assumi a direção da Escola Indígena João Lino, como primeiro gestor da primeira escola indígena do Estado do Rio Grande do Norte, e o convite foi feito a mim para a gestão por causa da luta que eu encabecei para transformar a escola em escola indígena, essa escola aqui que é a Escola Municipal indígena João Lino [local da entrevista], que está do lado do Município de Canguaretama. Então, por encabeçar essa luta, me fizeram esse convite, para participar da gestão da escola, e, eu, aceitei. Daí, eu tive um espaço de tempo maior para organizar ações, para estender a nossa luta aos quatro cantos do estado. Aí fazia um desafio às instituições, a grupos específicos, pra vir a Aldeia conhecer o nosso povo. Não só ficar no que se falava, em livros, em publicações, na TV, na mídia de todas as formas. As pessoas começaram a vir pra cá. Era uma ação isolada, na verdade eu me transformava em 10 pessoas ao mesmo tempo para poder receber, eu fazia um bate-papo, eu fazia o acompanhamento dessas pessoas na Aldeia, mostrava a vivência, a agricultura familiar, mostrava como estava resistindo o espaço para manter a nossa mata ciliar, da mata atlântica ativa, quer dizer: é um trabalho de uma pessoa, mas aquilo foi dando o resultado, as pessoas começaram a vir mais, começaram a querer saber mais, os parentes [outros indígenas] começaram a se envolver e isso realmente fortalecia a identidade deles. Porque começou a mostrar que eles tinham um valor, que eles próprios desconheciam, isso começou a fortalecê-los. Deu a eles um significado, de, olha: eu não tenho mais que negar quem eu sou. A palavra catuzeiro era uma palavra muito utilizada pejorativamente. Todos os indígenas da Aldeia tinham aquele receio de ser chamado de catuzeiro, nos centros urbanos de Goianinha, e nos centros urbanos de Canguaretama, então isso dava briga, os parentes brigavam. Era assim: as pessoas não aceitam o indígena, mas, tinha sempre as pessoas do Catu como pessoas diferentes, quer dizer, não queriam se associar as pessoas e chamavam essas pessoas de catuzeiro, pra dizer que é diferente deles, mas, na hora que o indígena do Catu se auto-afirmou, se empoderou, e disse: - eu sou indígena! Ele

disse: - não, você não é índio não! Aí exigiram mais elementos pra provar que era índio, quer dizer, agora ele tinha que andar nu, agora ele tinha que estar de cocar, pintado a todo tempo, pra eles os reconhecerem como o indígena imaginário que eles têm na cabeça. E isso a palavra catuzeiro agora é um elemento de empoderamento, ele diz: eu tenho orgulho em falar que sou catuzeiro, que sou da Aldeia Catu. Porque eles começaram a se envolver na ação, perceberam a importância dos povos indígenas em cuidar da Mãe Terra, de respeitar a Mãe Terra, a natureza, a maior divindade do planeta é essa, você ter essa ligação com a Mãe Terra. Então, hoje fica mais difícil você tirar essa cultura de dentro do indígena, mas, me preocupa muito, porque eles saem da Aldeia muito novos para estudar na cidade. E lá, inclusive, nossas danças sagradas que é feita aqui na Aldeia, o Toré, é associado à feitiçaria, a bruxaria, e quando o indígena diz que faz o Toré, ele diz: - tu é macumbeiro né? Que as músicas do Toré estão associadas ao catimbó, está associada a algumas práticas da cultura negra, afro-brasileira, que é uma associação natural da resistência dos povos indígenas e negros. E, claro, sem entender o que é o catimbó, sem entender o que é a macumba, falam pejorativamente, que eles são parte de elementos que eles entendem como errado.

Tiago Santos: Qual a importância das escolas João Lino e Alfredo Lima para a questão indígena aqui no Catu?

Luiz Katu: Sem a ação dessas escolas o trabalho ficaria, eu diria, ficaria 90% mais difícil de acontecer, de quebrar barreiras, e eu vou começar pela João Lino, porque a João Lino é um desafio. Na Escola João Lino, em 2008, eu fiz o desafio aqui nessa escola, eu chamei a gestão da escola, eu como professor, não era professor de Ethnohistória, hoje eu estou como professor de uma disciplina específica, mas, antes eu era professor do Ensino Fundamental, eu acho que não me engano, eu ensinava o terceiro ano, que se chamava terceira série no e Ensino Fundamental I, aqui na escola. E eu sentei com a direção da escola e falei: - olha, não tem cabimento, a palavra foi essa, não tem cabimento, nós indígenas, desde o ano 2000, a gente está lutando pela autoafirmação, à gente está enfrentando aí governo federal, municipal e

estadual, os órgãos no geral para dizer quem somos, para dizer que tenham políticas públicas voltadas para o nosso povo, específicas ao nosso povo e a gente com uma escola dentro da Aldeia, e essa escola ignorando. Não dá, não dá para continuar. Não fazia sentido à escola está desvinculada dessa luta, que é uma luta da grande Aldeia né, da Comunidade dos indígenas, dos que estão na escola e dos que não estão na escola, do jovem, do adulto, do ancião. Quer dizer, a luta pela autoafirmação é uma luta coletiva, de todo mundo né. Por demarcação, por direitos sociais, por respeito aos seus direitos. Então, a direção da escola, apesar da escola não ser indígena, não tá respeitando o currículo diferenciado e intercultural, mas, está dentro da Aldeia. E, inclusive, a diretora na época, também era da Aldeia, indígena da aldeia, e a maioria dos professores também. Isso provocou na direção também essa inquietação, e disse: - Luiz, você tem razão, vamos fazer. Como nós podemos fazer? Até porque a diretora foi muito clara, não tinha conhecimento, elementos pra isso. Olha, eu estou disposto a encarar esse desafio. Então, eu tenho pesquisado na minha função de professor sobre a educação escolar indígena, e a gente tem condições sim de alterar o projeto político pedagógico da escola, o Regimento e a grade curricular, para que a gente possa fazer essa educação diferenciada, específica, educação escolar indígena. Agora precisa que a direção junte o corpo docente da escola, junte o corpo discente, junte os pais e apresente esse desafio a eles, para entender se eles estão dispostos a abraçar essa realidade, caminhar junto nessa direção, pra que essa educação aconteça. Foi feito isso, e, apesar de desconhecem como fazer, mas, a sensibilidade estava dentro, né? Aí foi aceito, aí a gente começou a engatinhando nessa educação escolar indígena em 2008. Olha, eu tive que montar uma grade curricular da disciplina Etnohistória, então eu tive que fazer pesquisas, procurar materiais didáticos e paradidáticos, ler vários escritores, para poder juntar um material, para fazer um caderno de atividades, específico para Etnohistória, até porque você não encontrava nas universidades. Ainda não encontra, não é?! Ainda não encontra, quer dizer, eu tive que preparar um material específico. Aí, pronto. Apresentei a direção, dá pra gente começar a disciplina, e agora? Quem vai ser o professor? Ninguém queria ser esse professor para ensinar uma disciplina desconhecida no Estado, aí eu disse: - eu encaro. E, a partir

daí, eu fui o primeiro professor de Etnohistória no estado do Rio Grande do Norte, e da Aldeia Catu. Comecei fazer a disciplina. Agora isso era um desafio tremendo, porque as pessoas que vinham para cá, grande parte dos grupos que visitam a Aldeia Catu, são acadêmicos, são alunos de graduação, de história, de antropologia, de pedagogia e de várias outras áreas. São pós-graduados, são alunos que estão fazendo especialização, são alunos que estão fazendo mestrado, doutorado, a gente já sentou aqui algumas vezes com vários alunos do doutorado. E a gente bate esse papo, eles perguntam sobre Etnohistória, claro, vão querer entender como está se fazendo essa disciplina numa escola lá da beira do rio, da microrregião no litoral do Rio Grande do Norte, numa aldeia. Isso, eu tinha que mostrar elementos, pra que isso não parecesse que estava sendo feito por brincadeira. Se jogando conteúdo sem nexos. Então, tem que ter uma sequência lógica para construir essa Etnohistória. Então eu tinha que mostrar que a gente começava essa Etnohistória falando do *eu indígena*, esse é um primeiro elemento para se trabalhar Etnohistória, na escola indígena, o *eu*. Então, a partir desse pertencimento étnico, começa a trabalhar esse universo, a partir daí vai abrindo um campo, da Aldeia, conhecer os elementos do seu próprio povo, valorizar isso, os elementos vivos, e recuperar o que foi esquecido por pressão, por opressão, então a Etnohistória trabalha isso. Ela abrange a você conhecer não só sua etnia, mas, as outras etnias do estado do Rio Grande do Norte. Esse é um campo que a história, a geografia não vai a fundo, aí, então, conhecer esses povos, os três povos étnicos hoje que se auto-afirmam no estado: os Potiguara, os Tarairiu, os Paiacu, conhecer onde estão e quem são esses povos. As 11 aldeias indígenas do estado, onde estão? Quais são os municípios? Como elas estão geograficamente ocupando esses espaços aqui no estado, desde a Microrregião Sul do litoral, até a divisa com a Paraíba ao extremo oeste no Apodi, na Chapada do Apodi, e quem são esses povos? Quer dizer, a Etnohistória vai tratar diretamente desses povos, vai abranger um leque maior. Dependendo das disciplinas, porque eu tive que organizar também pelas disciplinas, pelas séries para que se trabalhasse, aí a gente fez por níveis: o nível 1, incluindo 1º, 2º e 3º, e o nível 2 incluindo 4º e 5º ano. Trabalhar, a nível de Nordeste, povos indígenas do Nordeste, que bem antes do Rio Grande do Norte ser dado como povo

que desapareceu, o povo indígena foi exterminado, o Nordeste também foi dado, né verdade? Então, vê esse leque maior, tratar das capitanias, o que aconteceu para o Rio Grande ser invadido, o que aconteceu com a Guerra dos Bárbaros, todos esses elementos, mas, com a visão de descolonizar, não falando mais na ótica do que o livro do colonizador apresenta. Inclusive, um dos elementos que nós usamos, um dos materiais que nós usamos, é esse aqui [nesse momento da gravação, nosso entrevistado, apresenta algumas referências para a construção dos materiais utilizados em suas aulas], veja bem, esse aqui é um material que a gente usa nas aulas de Etnohistória, é pra reforçar esse trabalho, um outro material que nós utilizamos também, é esse aqui, fazendo claro uma releitura, porque o que está nesse material aqui, ele está para nível de Ensino Médio. Então, o professor tem um trabalho maior para filtrar isso, e trazer para uma linguagem do Ensino Fundamental I. Então é um desafio. E a gente também pega alguns materiais específicos, feitos, produzidos na Aldeia. São pesquisadores, historiadores que vem na Aldeia, e fazem material de acordo com o nosso trabalho, e a gente usa esses materiais também nas aulas de Etnohistória. Então tem vários materiais como esses, eu não estou agora com os outros, mas têm vários materiais que foram produzidos, alguns livros paradidáticos já falando da cultura indígena da Aldeia Catu. E a gente vai juntando tudo isso e formando, aí o que a gente chama da Etnohistória para quebrar essa inviabilidade.

Tiago Santos: De que forma você avalia a saída dos jovens estudantes para cursarem o Ensino Fundamental II e Ensino Médio fora do Catu?

Luiz Katu: Olha, para mim, nos últimos encontros que já teve aqui, sobre educação escolar indígena na aldeia [...] o primeiro Seminário de Educação Indígena no Rio Grande do Norte, quando eu assumi a gestão da escola Indígena aqui em 2013, um ano depois em 2014 a gente conseguiu realizar na Aldeia, nessa escola que é a Escola João Lino, a gente conseguiu realizar o 1º Seminário de Educação Indígena. Porque nós entendíamos que tratar de educação escolar indígena, fazer educação escolar indígena, não podia ficar só no Catu, ela tinha que transcender. Ela tinha que ser feita

também nas outras aldeias, porque tanto os curumins, os alunos daqui, estão saindo para estudar na cidade, como os das outras aldeias também. Isso pra gente era preocupante, porque o mínimo que a gente quer que aconteça aqui é que tenha uma educação fundamental, pelo menos de nove anos na aldeia, porque as aldeias têm demanda, com exceção da Aldeia Caboclos de Assú, que o número é reduzido de alunos, todas as outras aldeias têm demandas para fazer o Ensino Fundamental de nove anos [...] a gente colocou em 2014, como documento no Seminário de Educação Indígena essa solicitação, com a participação de Goianinha, do município de Canguaretama, governo do estado, pedindo um termo de cooperação, de colaboração entre o governo e o município pra criar, implantar essa disciplina, ou essa série de nove anos na Aldeia e até agora não fomos atendidos. Não há aí um interesse explícito do município e de governo pra que isso aconteça. Aí, a gente continua se preocupando, porque a gente sabe que o aluno de 5º ano vai sair daqui e vai chegar lá numa escola que está fora da realidade dele. Poucos professores estão atentos a essa peculiaridade da educação que ele veio, aí vai trabalhar elementos que estão descontextualizados de tudo que ele aprendeu, quer dizer, pra ele vai ser um outro universo, vai quebrar, pra ele se adaptar demora, talvez, se fizer uma pesquisa pra saber onde está o maior número de reprovações, do 5º para o 6º ano, e para o 7º ano, encontra aí um indicador provocado pela adaptação. Porque ele vai ter que se adaptar. Ele vai deixar de estudar o tupi, o tupi antigo é ensinado até o 5º ano aqui na Aldeia. Ele vai deixar de estudar especificamente a Etnohistória, ele vai deixar de ver os jogos e brincadeiras voltadas diretamente para os indígenas. Ele vai ver tudo isso num universo maior, que muitas vezes não associa ao seu fazer. Essa é uma luta nossa, pra que a educação no mínimo de nove anos aconteça na Aldeia, pra que quando ele saia no 9º ano, pra fazer o Ensino Médio, aí estão empoderados, ele tenha um *em indígena*, aí é muito mais difícil de alguém falar: - olha, tu é catimbozeiro! E ele fazer: - tu sabe o que significa catimbó? Pra tu me chamar de catimbozeiro? Primeiro pesquise o que é catimbó, e vou te falar uma coisa, eu pratico catimbó jurema. Então, isso seria empoderar, e até o 5º ano, não dá para você trabalhar tais elementos com os alunos.

Tiago Santos: Sua escolha em atuar como professor foi uma opção política?

Luiz Katu: Olha, engraçado, eu a vida toda de indígena na Aldeia Catu, sempre trabalhei na agricultura familiar com meus pais, e quando na seca pegava, que não dava pra fazer o plantio da roça, da batata e tudo, a gente fazia o trabalho na cana-de-açúcar, inclusive até 18 anos trabalhava diretamente nas atividades de plantio, de adubação e de corte de cana-de-açúcar, quer dizer, na parte da colheita, e foi uma opção minha a escolha de fazer o magistério, que era o Ensino Médio pra professor, então, em Canguaretama foi onde eu cursei, tinha opção para o técnico em Contabilidade ou Magistério, então eu fui fazer magistério e quando eu entrei no magistério, fui convidado a ser professor nessa escola, que era aluno dela, então saí da escola e voltei aí como professor cursando o magistério. Meu pai não queria, até porque o salário na época era R\$32,00, eu ganhava R\$50 por semana, às vezes, cortando cana-de-açúcar, e eu indo ser professor, ia ganhar R\$32 por mês. Eu passei um tempão, acho que dois anos, trabalhando como professor ganhando R\$32 por mês, em 1996. Quer dizer, a vontade de trabalhar com a Aldeia, com os parentes, mas não tinha condições pra continuar fazendo isso e foi um desafio tremendo, porque eu me revezava em dar aula, aqui na escola, à tarde, e pela manhã eu ia cortar cana-de-açúcar. Eu vinha correndo de um local que a gente chamava Fava Seca, saía de lá correndo 11h, para chegar quase meio dia em casa. Corria para o rio, tomava um banho, pegava meu material, tinha que fazer um plano de aula e tinha que está aqui de 1h [13h] para dar aula. Então, não dá para dizer que não foi uma escolha ser professor né? Porque suportar um desafio desses e continuar dando aula, continuar sendo professor, é um desafio grande, então, realmente, eu escolhi ser professor. O que me desafiou a fazer essa educação diferenciada, específica, essa educação escolar indígena, foi ouvir meus professores do magistério falar que nós não existíamos, muitas vezes eu ouvi eles falar que Rio Grande do Norte e Piauí eram os únicos estados do Brasil que não tinha índio. Isso eu ouvi em toda a toda minha vida escolar, eu fui ouvindo isso, mas em casa meu pai não fala isso, meu pai nunca negou a sua identidade, inclusive meu tio chamado Nascimento, já falecido, que foi um dos

pioneiros da resistência indígena aqui no Catu. Em momento algum, ninguém fazia ele negar a sua identidade. Quer dizer, eu era a todo o momento desafiado, desafiado em ouvir as pessoas falar que eu estava morto, e eu ali sabendo que minha etnia, meu povo estava vivo. Isso também me desafiou, a não ser só o professor por opção, mas ser um professor que ia desafiar o coletivo para mudar essa realidade.

Tiago Santos: O objetivo do trabalho que estou desenvolvendo é uma proposta de documentário como mecanismo de divulgação do Catu, para os alunos e professores, das escolas não indígenas, e também refletir algumas questões, a exemplo sobre como trabalhar temática indígena nesse contexto de convivência intercultural. O que ensinar sobre os indígenas nas escolas não indígenas?

Luiz Katu: Eu acho que há uma questão essencial, é trabalhar com eles, sem questionar se ele é ou não é indígena, eu acho que você já está respeitando o *eu* deles. Eu acho que a partir do momento que você trabalha com esse indígena, sem questionar o que ele é, o que ele não é, porque se você perguntar a um índio: - você é indígena? Ao meu pai isso não faz sentido, porque a palavra índio nem sentido faz. Então, vê a pessoa como uma outra pessoa, e a partir daí, claro, trazer elementos vivos de sua cultura. As escolas não indígenas, com a lei 11.645/2008, que foi colocada, imposta, mas cadê elementos para os professores trabalhar ela? São professores que tem que desafiar, o professor aqui que me entrevista, está fazendo esse desafio. Eu acho que isso é importante, é um caminho importante porque a partir do momento que você começa a trabalhar com esse indígena, na escola não indígena, que ele está lá, que ele deveria estar numa escola indígena, mas, como ele tem que atuar numa escola não indígena e ele vai ter que também passar por essas escolas, ele ouvir ali nessa troca de experiência elementos de um índio vivo, não de um índio que comia a tapioca, ele ouvir o tempo todo isso, que o povo dele comia a tapioca, que o povo dele usava cocar, que o povo dele pescava, que o povo dele caçava, usava arco e flecha, tudo isso no passado. Sair desse passado, e passar aí para um presente, o que esse

povo faz, parar de mostrar um índio bonitinho de cocar, uma historiazinha de José de Alencar, Iracema e mostrar um índio que vive lutando para continuar vivo, resistindo. Eu acho que ele tem que conhecer esses elementos. Como é que tá esse povo indígena hoje? Quais são os conflitos que eles enfrentam? Qual o conflito que é enfrentado para esse indígena sair da Aldeia Catu e continuar estudando em uma escola, como a Escola Hélio Galvão, e tantas outras escolas do município de Goianinha, que conflitos ele enfrenta a todo dia, a todo momento, a ter que levantar cedo, a ter que pegar o ônibus, a ter que quebrar várias barreiras, sair da sua Aldeia que está ilhada pelo agronegócio da cana-de-açúcar, enfrentar vários elementos, lutar junto com seu povo também para demarcar o seu território, para garantir que ali seja sua terra, a sua cultura continue sendo mantida. Esses elementos precisam aparecer, na hora que um professor começa a mostrar que ele faz parte dessa luta, ele se empodera e quem está ouvindo, os não indígenas, vai entender que ali não tem simplesmente o catuzeiro, tem um guerreiro, que tá lutando para que a sua cultura não morra, não seja usurpada, que os seus direitos da mata ciliar não ser destruída pelo agronegócio. Se rio acabar e eles terem que morar nas periferias, isso não se concretize. Quer dizer, são pessoas que estão lutando a todo tempo para a sua cultura ser mantida, valorizada, respeitada para se sentir com equidade. Eu acho que se o professor visualizar isso, esse índio do presente com perspectiva de futuro está fazendo um trabalho belíssimo que vai agradar os professores que estão aqui na Aldeia, na base.

Tiago Santos: Outro ponto que me chamou a atenção nesse trabalho de pesquisa foi que os alunos identificam como marco para as transformações e reconhecimento da aldeia, benefícios como o posto médico, a construção das casas de alvenaria e a abertura da estrada. Você considera essas conquistas como o ponto de partida ou o resultado as mobilizações pelo reconhecimento étnico?

Luiz Katu: Essas conquistas que eu acho mínima. Elas vêm para sanar um pouco dessa desigualdade, para curar um pouco, eu diria assim, de todo esse, como é que eu

diria, dessa compensação por toda a usurpação de direitos que o indígena tem, mas, ela não é um elemento central da nossa luta, entendeu? Ela não é central, é necessário para que os indígenas permaneçam na aldeia, mas, um elemento central da nossa luta é demarcar o nosso território, então, toda a luta indígena, seja ela no foco da educação escolar indígena, no foco da saúde indígena, no foco do etnodesenvolvimento, vai estar entrelaçada com a demarcação do território. A demarcação é necessária porque essa demarcação garante que esse território permaneça, seja recuperada as nossas florestas, nossos pontos de memória, espaços de memória dentro da aldeia respeitados, os locais sagrados respeitados, nossos rios, nossas lagoas permaneçam. O que a gente consegue de política pública é fruto dessa luta, não é o objetivo central, não pode ser o objetivo central, porque se a gente começar a trocar o foco da luta, em pensar só em elementos que vão tornar os indígenas em viver bem, acabou, a nossa política não é *viver bem*, é a do *bem viver*. A prática da política do bem viver é diferente, a política do bem viver, não é você ter uma escola de primeiro mundo, é você ter uma escola que dê condições para que o curumim, o aluno, possa estudar, que se respeite essa ideia de equidade. É a essa ideia, de uma escola que trabalhe equidade mesmo. Que se tenha uma atenção básica à saúde, que se possa a partir dessa atenção básica ter um atendimento de média e alta complexidade aos indígenas. Esse respeito ele tem que acontecer porque é um direito constitucional dos povos indígenas. Então nossa luta, ela vem fazendo esses pontos, aí a partir daí a gente consegue, ocupando alguns espaços, a gente consegue trazer para cá algumas respostas, a atenção diferenciada a educação, a atenção diferenciada a saúde e a questão do etnodesenvolvimento. Porque a gente se preocupa com o etnodesenvolvimento, porque se o indígena não conseguir produzir dentro da aldeia, ele vai sair da aldeia. Isso já aconteceu em algumas décadas atrás aqui, um êxodo, uma saída em massa. Isso inclusive fez a gente criar, eu mais uma vez, desafiei, e criei a Festa da Batata. Isso era para valorizar a agricultura familiar que estava desaparecendo da aldeia. Rapaz, comedor de batata, era o que a gente ouvia além de catuzeiro nos centros urbanos de Goianinha e de Canguaretama, vai plantar batata menino, quem danado queria mais falar que participava do cultivo da batata? Isso era algo que

envergonhava as pessoas, hoje com a Festa da Batata eles fazem questão de aparecer no palco com a sua melhor batata, olha a diferença né, a mudança. Hoje com a valorização da agricultura familiar, ela ganhou outra conotação, com festa, com a valorização de festas tradicionais, com a valorização do trabalho específico da educação escolar indígena, valorizando o eu indígena.

Tiago Santos: Existe alguma relação com a FUNAI?

Luiz Katu: Em alguns espaços, em alguns estados talvez haja uma relação de atrito que às vezes é necessária com a FUNAI. O Rio Grande do Norte que tem uma relação muito boa com a FUNAI local, que é a CTL - Coordenação Técnica Local da FUNAI no Estado do Rio Grande do Norte. Quando você pergunta com relação a FUNAI num todo, aí a gente já tem algumas questões a pontuar, quando eu trato de Coordenação Regional, que tá com a sede lá em Fortaleza, no Ceará, que trabalha com quatro estados: Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí, Ceará, então a gente já tem alguns pontos para acertar, porque não chega demandas que são descentralizadas aqui na aldeia. Isso para gente já é preocupante, apesar da gente ter uma boa relação com a CTL no estado, dos servidores estarem em total consonância conosco, fazendo as ligações quando pode, dependendo de ordens de serviço e viaturas e de tudo, mas, a gente não consegue descentralizar muita coisa que está na regional e na FUNAI sede, a gente tem alguns servidores da FUNAI sede, que são sensíveis as causas dos indígenas do estado do Rio Grande do Norte, mas, num todo precisa de uma atenção especial. A gente entende claramente que sem FUNAI trava tudo, é o órgão indigenista oficial, é o órgão que hoje tem concurso específico para indigenista, que trabalha as políticas públicas para os povos indígenas, promover e defender os interesses e direitos desses povos. A gente precisa realmente está em diálogo, precisa que esse órgão esteja no estado, inclusive uma vez, em 2017, foi retirado do Rio Grande do Norte, e a gente teve que fazer um protesto, uma ocupação na entrada do aeroporto Internacional aqui no estado, lá em São Gonçalo para poder recuperar a FUNAI e continuar atuando aqui no Estado do Rio Grande do Norte.

Tiago Santos: Na dissertação intitulada: *Em Busca da Realidade: A experiência dos Eleotérios (Catu/RN)*³ foi abordada a experiência de encontro com os ‘parentes’ da Baía da Traição na Paraíba, como um fato histórico que deu início, ou impulso, a uma organização pela busca do reconhecimento étnico do Catu. Agora, 12 anos depois, essa nova geração quando perguntada sobre o sentido de pertencimento étnico, se afirmaram como indígenas, porém, uma *indianidade* ligada a aspectos da própria comunidade como a tranquilidade de viver no Catu, ligação com a natureza etc. Você também tem a percepção que existe alguma mudança nesse sentido?

Luiz Katu: Eu fico até feliz, em saber que mesmo esses alunos da Aldeia Catu estando nos centros urbanos, em escolas não indígenas, eles mantêm essa relação de pertencimento, eles continuam reafirmando isso. Inclusive, eu não participei desse encontro na Baía da Traição. Mas, quem foi aí nesse encontro, foram duas lideranças aqui da Aldeia: o Vandregecílio, o irmão da diretora atual aqui da escola João Lino, a Valda, e o Nascimento, meu tio que eu citei anteriormente. Eles dois acompanharam um pesquisador da Fundação José Augusto no momento de abril, 19 de abril, que lá na aldeia São Francisco, na Baía da Tradição, eles fazem um grande movimento, reunindo as 32 aldeias da Paraíba, e foram daqui os parentes Potiguaras da Aldeia Catu, participar desse momento, para sentir aí essa interação, para tentar um diálogo de fortalecimento para a luta aqui no Estado do Rio Grande do Norte. E lá, eles foram recebidos, trocaram ideias com alguns anciãos da Aldeia, e retornaram para cá com alguns elementos, realmente entendendo que não estavam descontextualizados da sua cultura, como alguém insistia em dizer a eles. O tempo todo, a gente ficava ouvindo: - ah vocês não são índios mais não, por isso, por isso e por isso. Quando o parente vai na aldeia vizinha, não tem nada de diferente da Aldeia Catu, os mesmos elementos,

³ SILVA, Claudia Maria Moreira da. “... *Em busca da realidade...*”: a experiência da etnicidade dos Eleotérios (Catu/RN). 2007. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. 2007.

a mesma prática, os mesmos respeitos, a mesma forma de convivência. Isso deu um fortalecimento. E na volta, eu tive conversando com o Vando [Vandregercílio], eu tive conversando com Nascimento, eu não era a liderança, eu sou cacique Potiguara, mas, naquele período eu não era cacique. Eu tive conversando com eles, ouvindo os relatos deles, inclusive até, em 2005 a gente foi organizar para fazer a primeira audiência pública do Estado do Rio Grande do Norte, para apresentação dos indígenas do estado, como um povo organizado e pedir para os governos nos atender com essas políticas específicas ao nosso povo. Só em 2005 que a gente conseguiu fazer isso, saímos juntando elementos dessa troca de experiências com os parentes de Baía da Traição que são a mesma etnia. Foi aí em 2005 que eu apareci no cenário, porque o governo do estado, e outras instituições que estavam lá na Assembleia Legislativa do Rio Grande Norte, começaram a falar, a repetir uma fala lá, que não atendia nossas demandas, não nos reconhecia, porque nós estávamos miscigenados, misturados, desaldeados, a fala era essa. Isso me inquietava, eu estava lá no público, sentado lá atrás, não estava escalado para falar, e não deixaram eu falar. E eu, pedindo fala, porque me inquietou muito, no final, quando abriu para o público, eu fiz uma fala, fiz um desafio para que eles parassem de repetir aquela história de Câmara Cascudo, e agora só falasse isso depois que pisassem na Aldeia Catu primeiro, vai lá em Catu, depois você fala o que você quiser falar, mas, sem ir no Catu: - parem de ser papagaio de Câmara Cascudo. Porque a gente sabe a importância de Câmara Cascudo, claro né, para o cenário da historiografia do estado do Rio Grande do Norte e para o Brasil. Mas, com relação aos povos indígenas, pecou, não tenho o que negar, principalmente com os indígenas do Rio Grande do Norte. Foi um serviço a mando da ocupação dos nossos territórios e a gente tá quebrando isso aos poucos e eu fiz esse desafio. Então o Vando e o Nascimento eles não tinham muito aquele tempo para poder ir em alguns espaços de encontros, ir a debates, seminários e outras atividades. Então eu comecei a ser convidado a participar dessas atividades, aí comecei a convidar e levar a voz do meu povo, o povo ao qual eu pertencço para esses espaços e isso começou também a fazer com que os Potiguaras Catu, me reconhecessem como essa liderança, eles começaram a me reconhecer. Quando tinha alguma ação, chama

Luiz. Luiz você pode ir lá? Olha como é natural a criação, a constituição de uma liderança, a partir daí eu fui me constituindo liderança, representando o interesse de quem não podia naquele momento falar e eu representava o interesse coletivo, uma voz do eu sou nós. Então isso que era o mais importante, aquele momento foi essencial para que hoje a gente tivesse fazendo essas políticas públicas. O Sr. Nascimento, eu lembro muito, Bifa, a gente chama ele aqui, Tio Bifa, ele sempre falava sobre elementos que chegam na Aldeia. Pronto, quando ele via o município construindo alguma coisa, ele fazia: - olha, estão aumentando o poder do governo, ele entendia assim, ele dizia: - olha para a gente pode viver no nosso espaço, a gente precisa que ele seja respeitado, não que pessoas venham para cá, e vão botando seus marcos em vários pontos, ele questionava muito isso. Inclusive a ideia de mudar a escola Alfredo Lima, onde hoje é o posto de apoio para outro espaço, ele achava estranho: - olha estão criando mais um novo espaço para ocupar, para ele poderia estar no mesmo espaço, organizando, que a educação acontecia embaixo da mangueira. Como ele ficava o tempo todo embaixo de uma mangueira conversando, passando os seus conhecimentos. Isso eu aprendi muita coisa, com relação a isso, em 2008, essa escola aqui começou a trabalhar educação escolar indígena, a Escola Alfredo Lima só conseguiu fazer isso em 2017. Olha, só pular o rio, a jurisdição de dois municípios, um abriu um pouco o leque na resistência, para que essa educação acontecesse e o outro continuou controlando por causa de cargos comissionados o andamento dessa educação específica, diferenciada. Precisou que a gente fizesse uma intervenção direta na escola Alfredo Lima para que ela começasse a pensar que não podia ficar parada no tempo. Uma educação escolar indígena, sendo visitada por todo mundo, do lado daquela escola. Então 2017, a gente começou a alterar o currículo, quando eu cheguei lá na escola, que eu sou concursado do município de Goianinha, eu trabalhei lá no início e fiz uma atividade de educação escolar, só que não consegui envolver o corpo docente da escola, ficou uma atividade isolada. Inclusive gerou uma matéria de jornal, da Tribuna do Norte eu lembro bem, que acho que faz 13 anos que a Tribuna do Norte veio mostrar esse trabalho na Escola Alfredo Lima, esse Professor Luiz Katu que dançava o Toré dentro da sala de aula com os alunos, e a gente fez

uma matéria com relação a isso. Inclusive isso agora o repórter, que é Rodrigo Sena, cineasta, ele trabalhou na Tribuna como fotógrafo e fez um material. Ele retornou aqui 13 anos depois com um material que foi aprovado, ele trabalhou na GNT e depois foi aprovado num edital pra produzir um filme, um curta, falando sobre esses indígenas que estudaram com Professor Luiz Katu, que fizeram participando dessa ponte e aí deu o filme: “A tradicional família brasileira Catu”, que tá aí rodando os festivais, contando essa história. Veja bem, quando eu saí da Escola Alfredo Lima, eu fui trabalhar numa escola lá no município de Goianinha, na Escola Maria do Céu, passei um tempo trabalhando lá. A educação escolar indígena que era falada, ou seja, a temática indígena na verdade, porque não se fazia uma educação escolar indígena ainda, tinha uma temática indígena ali mais aprofundada, ela estagnou, ela só foi retornar com força no meu retorno a essa escola. Aí eu cheguei lá fazendo, colaborando com a gestão da escola, com os professores, para a gente elaborar o primeiro Projeto Político Pedagógico daquela instituição, que inclusive em 2017, a gente está em 2019, e ainda está em construção esse Projeto Político Pedagógico, não foi finalizado, ainda não foi apresentado na Secretaria de Educação para poder sair à portaria da escola, como educação escolar indígena. Ela já faz a educação escolar indígena, eu sou professor de Etnohistória lá também, tem o tupi, tem os jogos e brincadeiras, tem a interdisciplinaridade, os professores lá estão trabalhando muito bem isso, aí eu tiro o meu cocar, como se diz, para a forma como eles estão fazendo esse trabalho hoje, mas precisa avançar aí para que a escola seja legalizada, para que esse Projeto Político Pedagógico seja finalizado mesmo, porque já vai três anos na construção de um Projeto, e não cabe um tempo desses para construir um Projeto Político Pedagógico, há alguma coisa aí que está travando para que ela possa acontecer. Então isso vem dessa ida, dessa ponte do Nascimento e do Vando que foi construindo esses desafios para que a gente pudesse ter hoje duas escolas indígenas na aldeia Catu.